



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0010141-73.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **OF, BO, IP-Flagr. - 1551/2016 - Delegacia Seccional de Polícia de São Carlos, 3137/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 325/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **MARCOS CASTORINO GARCIA**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 01 de dezembro de 2016, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Marco Aurélio Bernarde de Almeida, Promotor de Justiça, bem como do réu **MARCOS CASTORINO GARCIA**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Hélder Claret Losso Polido, as testemunhas de acusação Reginaldo Luis Guedes e Sandro Rogério Filismino de Souza, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ação penal é procedente. Dispensado o relatório em razão da celeridade e oralidade processual, a autoria é certa e recai sobre a pessoa do réu. O réu é confesso. A materialidade também está demonstrada. Foi flagrado na posse dos objetos e com os apetrechos para o arrombamento da porta. A qualificadora da escalada foi narrada pelas testemunhas, o mesmo ocorrendo com o rompimento de obstáculo, em que pese figurarem em laudo pericial constante dos autos. Presente também a causa de aumento em razão do horário em que ocorreram os fatos (repouso noturno). Assim praticou o réu conduta humana, típica, antijurídica e culpável, razão pela qual deve ser condenado e sua pena podendo assim ser aplicada. Registro os péssimos antecedentes, a multirreincidência específica e a existência de duas qualificadoras. O regime inicial deve ser o fechado e em razão da reincidência incabível a substituição da pena. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O réu foi preso na posse da res furtiva. Após entrevista reservada com este Defensor optou por confessar o delito. Sendo assim, requer fixação da pena-base no mínimo legal considerando que a res furtiva é de pequeno valor. Requer reconhecimento da atenuante da confissão. Requer o afastamento da causa de aumento do repouso noturno, por se tratar de analogia "in malam partem". Requer o reconhecimento da tentativa. Por fim, considerando o valor dos bens subtraídos requer-se regime semiaberto, nos termos da Súmula 269 do STJ. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. MARCOS CASTORINO GARCIA**, RG 4752429, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 1º, c.c. §4º, incisos I e II (terceira figura), todos do Código Penal, porque no dia 05 de outubro de 2016, por volta das 02h40, durante o repouso noturno, na Avenida Doutor Carlos Botelho, nº. 1222, Centro, nesta cidade, mais precisamente na clínica médica ali situada (Instituto de Urologia), subtraiu, para si, mediante escalada do muro local e rompimento de obstáculo, quatro canetas tinteiras, um cofre de mesa e \$ 42 pesos argentinos (equivalente a R\$ 8,61 pela cotação do dia), bens avaliados globalmente em R\$ 908,61 em detrimento de Helder Claret Losso Polido. Consoante apurado, o



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, valendo-se do repouso noturno, período em que as chances de sucesso da empreitada criminoso são maiores, tratou de escalar o muro que guarnecia a clínica médica em tela, ganhando o seu interior. Ato contínuo, arrombou a porta de vidro do consultório da vítima, ao que, uma vez ali, se apoderou dos bens supramencionados, bem como de talonários de cheques diversos, partindo em fuga a seguir. E tanto isso é verdade que, próximo dali, já na Avenida XV de Novembro, altura do nº 1266, Guardas Municipais se depararam com o denunciado carregando consigo uma mochila, justificando sua abordagem. Efetuada busca, no interior da bagagem foram encontrados os talonários de cheques acima referidos, bem como os demais bens, além de um alicate e uma chave de fenda. Indagado a respeito da procedência dos objetos, o acusado afirmou que os encontrou abandonados na via pública. Entrementes, efetuada pesquisa para o nome do titular dos talonários, os agentes municipais lograram identificar a clínica da vítima, pelo que, já no local, constatarem o arrombamento de uma de suas portas, justificando a prisão em flagrante delito do denunciado. No mais, o ofendido reconheceu os objetos apreendidos como sendo seus, asseverando que todos eles se encontravam em seu consultório quando da subtração. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (página 40). Recebida a denúncia (pg.100), o réu foi citado (pg. 139/140) e respondeu a acusação através do defensor público (pg. 145 e 146). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu o reconhecimento do crime tentado e a exclusão da majorante do repouso noturno, além de ressaltar a atenuante da confissão espontânea. **É o relatório. DECIDO.** Está comprovado que houve o furto e que o réu foi o seu autor. Com efeito, ele foi abordado por guardas municipais na posse dos bens pertencentes à vítima. Apresentou, de início, versão inconsistente, dizendo que encontrara aquelas coisas em uma caçamba. Os diligentes vigilantes verificaram que entre as coisas estavam talonários de cheque que indicavam o endereço do correntista, que era próximo do local da abordagem. Com isso foi descoberto o local do furto e sua ocorrência, pois a vítima reconheceu seus pertences que estavam com o réu. Em juízo o réu acabou por confessar tudo o que tinha praticado. Assim sua confissão está de conformidade com a prova produzida, impondo-se a condenação. O crime é consumado e não tentado como sustenta a Defesa. O réu foi encontrado por acaso pelos guardas municipais, quando já estava na posse definitiva dos bens subtraídos, cujo delito se caracteriza integralmente quando se dá esta inversão. Também comprovadas as qualificadoras postas na denúncia, através do laudo pericial de fls. 129/132. De fato houve escalada e também arrombamento de uma porta interna para que o réu pudesse chegar até os bens subtraídos. No que respeita à majorante do repouso noturno, é certo que tanto a doutrina como a jurisprudência vinha afastando a aplicação desta causa quando se tratava de furto qualificado, como é o caso dos autos, situação comprovada através do laudo pericial. Hoje o entendimento mudou, passando o STJ a reconhecer o repouso noturno para todas as hipóteses de furto, inclusive o qualificado. E isto está correto pois o fundamento de tal situação reside na circunstância da maior facilidade que tem o sujeito quando pratica furto em altas horas da noite, quando a vigilância do bem pretendido é menor, ficando mais vulnerável a subtração. Nesse sentido o julgamento do HC 306450/SP em que foi relatora a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, da 6ª turma do STJ. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA para impor pena ao réu.** Observando os elementos formadores do artigo 59 do Código Penal, que este é possuidor de péssimos antecedentes, com diversas condenações por furto (fls. 135, 136/137, 161 e 166/167), demonstrando ainda ter personalidade voltada para os crimes contra o patrimônio, além de comportamento social reprovável por se dar ao uso de droga e não ter ocupação definida, bem como observando que duas foram as qualificadoras reconhecidas, devendo uma servir para aumentar a reprovabilidade de sua conduta, estabeleço a pena-base um pouco acima do mínimo,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

isto é, em dois anos e três meses de reclusão e doze dias-multa, no valor mínimo. Deixo de impor modificação na segunda fase porque se existe a agravante da reincidência (fls. 133/134), situação que não foi utilizada na primeira fase, existe também em favor do réu a atenuante da confissão espontânea, devendo uma circunstância compensa a outra. Por último, acrescento um terço em razão da figura do repouso noturno, resultando três anos de reclusão e dezesseis dias-multa, que torno definitiva. A reincidência específica impossibilita a aplicação de pena alternativa. CONDENO, pois, **MARCOS CASTORINO GARCIA** à pena de **três (3) anos de reclusão e dezesseis (16) dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o **artigo 155, §1º c.c. § 4º, incisos I e II, todos do Código Penal**. Sendo multirreincidente, deve iniciar o cumprimento da pena no **regime fechado**, que reputado necessário para a reprovação e prevenção do crime cometido e ainda servir de norteamto de conduta para o réu, que até hoje não se emendou e continua delinquindo. Como aguardou preso o julgamento, com maior razão deve assim continuar, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Destruam-se os objetos apreendidos, que foram usados para a prática do delito. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEFENSOR:

RÉU: